

# Diário Oficial

**Estado de São Paulo**

**Poder Executivo**

**Seção I**

**Palácio dos Bandeirantes**

**Av. Morumbi, 4.500 - Morumbi - CEP 05698-900 - Fone: 3745-3344**

**Nº 232 – DOE de 10/12/13 – Seção 1 – p.30**

**Saúde**

**GABINETE DO SECRETÁRIO**

**Resolução SS – 130, de 9-12-2013**

Habilita Municípios a receberem recursos referentes ao Programa Qualis UBS Fase II, Componente Reforma e/ou Ampliação de Unidades Básicas de Saúde.

O Secretário de Estado da Saúde, considerando,

A Política Nacional de Atenção Básica, definida pela Portaria GM/MS - 2488, de 21-10-2011, que regulamenta o desenvolvimento das ações de atenção básica à saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS);

A Deliberação CIB - 34/2012, que aprova as Diretrizes e Estratégias para Estruturação da Política de Atenção Básica do Estado de São Paulo;

A Lei - 8.080, de 19-09-1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, a proteção e a recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

A Lei - 8.142, de 28-12-1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde - SUS e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da Saúde e dá outras providências;

A Portaria 399/GM, de 22-02-2006, que aprova as Diretrizes Operacionais do Pacto pela Saúde 2006;

A Portaria - 699/GM/MS, de 30-03-2006, que regulamenta as Diretrizes Operacionais dos Pactos pela Vida e de Gestão;

O Decreto - 1.651, de 28-09-1995, que regulamenta o Sistema Nacional de Auditoria no âmbito do Sistema Único de Saúde;

A Lei Complementar - 141, de 13-01-2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor que os recursos do Fundo Estadual de Saúde destinados a despesas com ações e serviços públicos de saúde, de custeio e capital a serem executados pelos Municípios serão transferidos diretamente aos respectivos Fundos Municipais de Saúde de forma regular e automática, dispensada a celebração de convênios ou outros instrumentos jurídicos;

A Resolução SS - 68, de 18-06-2012, que institui a Política de Apoio a Adequação das Unidades Básicas de Saúde - UBS através do Programa Qualis UBS, que habilita municípios a receberem recursos para a aquisição de equipamentos, mobiliários e instrumentais para funcionamento das atividades desenvolvidas nas UBS;

A Resolução SS - 74 de 01-08-2013 que institui o componente reforma e /ou ampliação no âmbito da política de apoio a adequação das Unidades Básicas de Saúde – UBS, por intermédio do programa Qualis UBS II fase;

A necessidade, de qualificar o processo de descentralização, organização e gestão das ações e serviços do SUS, assim como de fortalecer seus compromissos e responsabilidades sanitárias, com base no processo de pactuação intergestores;

Que a eficácia na melhoria dos padrões sanitários passa, necessariamente, pela centralidade da Atenção Básica na organização e no modelo assistencial do sistema local de saúde;

Que a qualificação da infraestrutura física das UBS propicia maior oferta de serviços e melhora a resolutividade das ações no âmbito das Redes Regionais de Atenção à Saúde;

Resolve:

Artigo 1º- Ficam habilitados a receberem recursos referentes ao Programa Qualis UBS II Fase, Componente Reforma e/ou Ampliação, os municípios descritos no anexo I a esta resolução;

Artigo 2º- Os gestores municipais terão o prazo máximo de 60 (sessenta dias), após a publicação desta Resolução para apresentar ao Departamento Regional de Saúde o Projeto Básico da Obra.

Parágrafo Único: No projeto básico deverá constar o Memorial Descritivo, Cronograma Físico Financeiro da UBS indicada e Declaração, assinada por profissional habilitado pelo Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CREA) ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU), informando que o projeto está de acordo com a Resolução-RDC -50, que dispõe sobre o Regulamento Técnico para planejamento, programação, elaboração e avaliação de projetos físicos de estabelecimentos assistenciais de saúde.

Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo  
Centro de Documentação  
[cd@saude.sp.gov.br](mailto:cd@saude.sp.gov.br)





Artigo 3º O município deverá anexar ao projeto básico copia dos documentos comprobatórios sobre a posse do imóvel da Unidade Básica de Saúde e o respectivo cadastramento no CNES (Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde);

Artigo 4º - O repasse do recurso financeiro será realizado na forma abaixo definida:

I - Primeira parcela: equivalente a 20% do valor total aprovado, a ser repassada após a publicação desta resolução;

II - Segunda parcela, equivalente a 60% do valor total aprovado, mediante a apresentação da Ordem de Início do Serviço, ao Departamento Regional de Saúde (DRS) devidamente assinada por profissional habilitado pelo Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CREA) ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU), ratificada pelo gestor local e apresentada ao Colegiado de Gestão Regional-CGR (anexo II);

III - Terceira parcela, equivalente a 20% do valor total aprovado, após a apresentação do Atestado de Conclusão da Edificação da Obra, ao Departamento Regional de Saúde (DRS) devidamente assinado por profissional habilitado pelo Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CREA) ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU), ratificada pelo gestor local e apresentada ao Colegiado de Gestão Regional-CGR (Anexo III)

Parágrafo Primeiro: Os gestores municipais que não apresentaram ao Departamento Regional de Saúde o projeto, no prazo estipulado no artigo 2º desta resolução terão que estornar o recurso.

Parágrafo Segundo: O repasse referente à segunda e terceira parcela será realizado mediante o cumprimento do artigo 2º desta resolução.

Artigo 5º Os municípios contemplados com o financiamento previsto nos termos desta resolução ficam sujeitos ao cumprimento dos seguintes prazos para execução e conclusão das obras de reforma e/ou ampliação:

I - 6 (seis) meses, a contar da data do pagamento da primeira parcela do incentivo financeiro no respectivo fundo de saúde, para a emissão da Ordem de Início de Serviço;

II - 12 (doze) meses, a contar da data do pagamento da primeira parcela do incentivo financeiro no respectivo fundo de saúde, para conclusão da obra e devida informação ao Departamento Regional de Saúde.

Artigo 6º- Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Anexo I

(a que se reporta a Resolução SS – 130 de, 09-12-2013)

Municípios habilitados Qualis UBS 2ª Fase e respectiva Unidade Básica de Saúde para Reforma e/ou Ampliação





15	Itarangi	2716208	CS de Itarangi	60.000,00
15	Itaraito	2034719	CS de Itaraito	217.000,00
15	Itatobi	2050078	UBS de Itatobi	217.000,00
15	Itatubá	2034212	UBS de Itatubá	217.000,00
15	Pontes Gestal	2079534	CS de Pontes Gestal	216.000,00
15	Itapulina	2052752	CS de Itapulina	217.000,00
15	Itatrenda	2038234	Centro de Saúde II De Itatrenda Lesanno Bentati	216.000,00
15	Itatubia	2052814	CS de Itatubia	105.000,00
15	Rubinda	2034887	CS de Rubinda	210.000,00
15	Santa Adélia	2716216	CS de Santa Adélia	60.000,00
15	Santa Albertina	2716232	CS de Santa Albertina	216.000,00
15	Santa Clara D Oeste	2028603	CS de Santa Clara Oeste	217.000,00
15	Santa Fe do Sul	2052112	PSF Itaze de Maio de Santa Fe do Sul	217.000,00
15	Santa Rita D Oeste	2077284	CS de Santa Rita Oeste	216.000,00
15	Santa Salete	2056955	UBS de Santa Salete	217.000,00
15	Santana da Ponte Preta	2038218	CS de Santana da Ponte Preta	217.000,00
15	Sao João das Duas Pontes	2038064	UBS de São João das Duas Pontes	210.000,00
15	Sao João de Itacema	2051451	UBS de São João de Itacema - João Roberto	217.000,00
15	Sao José do Rio Preto	2036749	UBS Central	216.000,00
15	Sebastiãoópolis do Sul	2031639	CS de Sebastiãoópolis do Sul	217.000,00
15	Itapuca	2039923	UBS de Itapuca	217.000,00
15	Tonabi	3914275	PSF Jardim Centenario - Tonabi	216.000,00
15	Tres fronteiras	2093351	PSF do Jardim Realei - Tres Fronteiras	216.000,00
15	Tumalina	2030469	CS de Tumalina	217.000,00
15	Ubatuba	2051933	UBS de Ubatuba	217.000,00
15	Uchira	2036150	Hospital Tenente Gallo - Uchira	217.000,00
15	União Paulista	2034492	CS de União Paulista	216.000,00
15	Urema	2073250	CS de Urema	217.000,00
15	Urupês	2077892	CS de Urupês	216.000,00
15	Valentim Gentil	2038420	CS de Valentim Gentil	216.000,00
15	Victoria Brasil	2073846	UBS de Victoria Brasil	217.000,00
15	Votuporanga	2050831	Pes VIII - Jd. Marim - Votuporanga	216.000,00
15	Zicariós	2042889	CS de Zicariós	217.000,00
15	Alumínio	2050531	UBS Alumínio	216.000,00
15	Angatuba	2070626	Centro de Saúde de Alumínio	150.000,00
15	Angatuba	2052016	Centro de Saúde II Dr Carlos Alberto Nunes - Angatuba	216.000,00
15	Aracanguama	2050464	Centro de Saúde Municipal de Aracanguama	60.000,00
15	Aracoiaba da Serra	2038428	Unidade Mista de Aracoiaba da Serra	217.000,00
15	Barro do Chapéu	2075814	USF de Barro do Chapéu	120.000,00
15	Bohúva	2043254	UBS II Santa Rita do Cassia	216.000,00
15	Bom Sucesso de Itararé	2053373	Unidade de Saúde da Família Bom Sucesso - Itararé	210.000,00
15	Campina do Monte Alegre	2047357	Centro de Saúde III - Campina do Monte Alegre	216.750,00
15	Capão Bonito	2047675	Unidade Básica - Capão Bonito	210.000,00
15	Capela do Alto	2070502	Unidade Mista de Saúde de Capela do Alto	210.000,00
15	Cerquilha	2773031	UBS da Família Nova Cerquilha	216.000,00
15	Cesário Lange	2055576	UBS IV Lázaro Mendes de Cesário Lange	216.000,00
15	Guareí	2035855	Programa Saúde da Família - Unidade de Saúde Adaberto Rocha	216.000,00
15	Ipero	2047759	Centro de Saúde III - Ipero	106.000,00
15	Itabera	2090654	UBS III - Itabera	210.000,00
15	Itacoca	2036851	Unidade Básica de Saúde da Família - Itacoca	216.000,00
15	Itapetininga	2052650	Pes Morio do Alto	216.000,00
15	Itapicoba	2051223	Unidade PSF - Agrovila I	199.500,00
15	Itapira Paulista	2017772	Unidade Básica de Saúde da Família - Itapira Paulista	210.000,00
15	Itu	2051056	UBS OS Padre Bento	216.000,00
15	Jumirim	2748428	CS Bramante Poggi - Jumirim	180.000,00
15	Mairinque	2053050	IX - Posto Municipal de Saúde Nova Maringá	195.000,00
15	Nova Campina	2053959	Unidade PSF - Nova Campina	210.000,00
15	Piedade	2055430	Ambulatório Médico e Odontológico Municipal de Piedade	210.000,00
15	Quatá	2070459	Unidade de Saúde da Família - Quatá	216.000,00
15	Ribeira	2052057	Unidade Integrada de Saúde de Ribeira	216.000,00
15	Ribeirão Branco	2750007	Centro Saúde/Unidade Básica	102.000,00
15	Ribeirão Grande	2052833	Unidade de Saúde da Família de Ribeirão Grande	210.000,00
15	Riversul	2048809	PSF Bairro Padilho	75.000,00
15	Salto	2055155	UBS Jd. Das Nações	60.000,00
15	São Miguel Arcanjo	2018531	Centro de Saúde II De São Miguel Arcanjo	210.000,00
15	São Roque	2045625	Centro de Saúde São Roque - Dr José Carvalho Unto	217.000,00
15	Sarapuí	2047454	Unidade Mista de Sarapuí	210.000,00
15	Sotocoba	2034778	Centro de Saúde Vila Homercia	120.000,00
15	Tapiatã	2047810	Centro de Saúde III - Tapiatã	210.000,00
15	Tietê	2049280	Centro de Saúde II - Tietê - Dr Rui Silveira Melo	216.000,00
15	Votorantim	2087537	Centro de Saúde Parque Bela Vista	210.000,00
15	Aparecida	2046854	PSF São Roque	210.000,00
15	Aracatuba	2072672	UBS de Aracatuba	150.000,00
15	Araras	2075021	Unidade Mista Saúde de Araras - Dr Paulo Sampaio Costa	150.000,00
15	Cocacava	5289122	PSF Nova Cocacava	216.000,00





## ESCOLA DE FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DOS PROFESSORES DO EST. DE SÃO PAULO PAULO RENATO COSTA SOUZA

**Portaria do Coordenador, de 23-06-2014**  
**Autorizando**, nos termos do artigo 3º, Resolução SE 58, de 23/08/2011, o Curso de Atualização, proposto e executado por Órgãos da Estrutura Básica da Secretaria da Educação:  
 Órgão Promotor – Órgão Executor – Nº do Projeto – Nome do Curso – Público Alvo – Período de Realização – Carga Horária – Local de Realização  
 Diretoria de Ensino da Região Centro Oeste – Diretoria de Ensino da Região Centro Oeste - Projeto nº 3623/12/93, “Ciências nas Salas de Aula” - Professores de Ciências do Ensino Fundamental Anos Iniciais (1º ao 5º Ano) - Ensino Fundamental Anos Finais (6º ao 9º Ano) - 24/06/2014 a 09/08/2014 - 32 horas - São Paulo - DE da Região Centro Oeste.

## COORDENADORIA DE GESTÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA

**Portaria da Coordenadora, de 18-06-2014**  
**Prorrogando**, com fundamento no artigo 2º da Resolução SE-29, de 13-3-2012, por mais 60 dias, o prazo da Comissão de Sindicância, designada pela Portaria CGEB, de 29-04, publicada no D.O. de 17-05-2013, para continuidade de seus trabalhos junto à Escola Manager's Capacitação Profissional. (Doc. 44/11/10/2013).

## CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

**Portaria CEE-GP nº 217, de 18-06-2014**  
 A Presidente do Conselho Estadual de Educação de São Paulo, nos termos dos Decretos nº 9887/77 e nº 37.127/93, do Artigo 3º da Deliberação CEE nº 7/93, alterada pela Deliberação CEE nº 21/97, e a vista da aprovação da Câmara de Educação Superior em sua Sessão de 11-6-2014, resolve:  
 Artigo 1º - Designar os Especialistas Alex Coltro e Mauro Maia Laruccia para emissão de Relatório circunstanciado sobre o pedido de Reconhecimento do Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Comércio Exterior, da Universidade Municipal de São Caetano do Sul, com vistas a instituir o Processo CEE nº 71/2014.  
 Parágrafo único - Para emissão do Relatório de que trata o caput, os Especialistas deverão observar o disposto nas Deliberações CEE nºs 50/2005 e 99/2010, bem como na Resolução CNE/CP nº 03/2002, na Resolução CNE/CES nº 03/2007 e na Portaria MEC nº 10/2006.  
 Artigo 2º - Cumprindo as orientações vigentes, o Relatório pormenorizado constituirá subsídio ao Conselho Relator do Processo respectivo, que será autor de Parecer sobre o pedido a que se refere o Artigo 1º desta Portaria.  
 Artigo 3º - Os referidos Especialistas terão um prazo de até sessenta dias, a partir da publicação desta Portaria, para visita e emissão do Relatório circunstanciado correspondente.  
 Artigo 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.  
 (República por ter sido com incorreções.)

## RETIIFICAÇÃO DO D.O. DE 10-4-2014

Onde se lê:  
 Deliberações da 2509ª, Sessão Plenária realizada em 09-4-2014  
 Proc. CEE 247/2013 - Sidney Augusto Silva (representante legal do menor S.D.B.R.)  
 Parecer 115/14 - da Câmara de Educação Básica, relatado pela Cons. Suzana Guimarães Trippi  
 Deliberação: 21. Considera-se, em caráter excepcional, o conjunto de conhecimentos adquiridos por S. D. B. R. como equivalentes à conclusão do Ensino Médio.  
 Leia-se:  
 Deliberações da 2509ª, Sessão Plenária realizada em 09-4-2014  
 Proc. CEE 247/2013 - Sidney Augusto Silva (representante legal do menor Sérgio Dhanial Bueno Peretti)  
 Parecer 115/14 - da Câmara de Educação Básica, relatado pela Cons. Suzana Guimarães Trippi  
 Deliberação: 21. Considera-se, em caráter excepcional, o conjunto de conhecimentos adquiridos por Sérgio Dhanial Bueno Peretti como equivalentes à conclusão do Ensino Médio.

## FUNDAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO

**Ordem de Serviço e/ou Fornecimento**  
 Ordem de Serviço: 2100331/1405-001 referente à ata 21/004431/1305-03 - Empresa: AGS Transportes e Turismo Ltda. - Objeto: Prestação de serviços de transporte de passageiros com motorista, sob o regime de tratamento eventual em ônibus padrão rodoviário com capacidade de no mínimo 44 (quarenta e quatro) passageiros, destinado ao transporte de alunos, professores, funcionários, dirigentes, prestadores de serviços e colaboradores da Rede Estadual de Ensino e da FDE - Fundação para o Desenvolvimento da Educação - Centro Sul: Sul 1; Sul 2; Sul 3 - Prazo: 1 dia - Valor: R\$2.240,00 - Data de Assinatura: 23/06/2014.  
**Termo Aditivo de Contrato**  
 Ordem de Fornecimento: 36/00585/14 - Empresa: LDG & PRINT GRAFICA E LOGISTICA S.A. - Objeto: Termo de Aditamento nº 1 - Valor R\$ 178.424,86 - Data de assinatura: 23/06/2014.

## Saúde

### GABINETE DO SECRETÁRIO

#### Resolução SS 72, de 23-06-2014

Altera a representatividade da Comissão Permanente de Assessoramento em Imunização - CPAI, a que se reporta o artigo 1º da Resolução SS-57, de 23 de maio de 2006, e dá outras providências.  
 O Secretário de Estado de Saúde, considerando a alteração proposta pelo Coordenador de Saúde da Coordenadoria de Controle de Doenças, resolve:  
 Artigo 1º - Fica alterada a representatividade do Centro de Vigilância Epidemiológica, da Coordenadoria de Controle de Doenças, a que se reporta o item II, do Artigo 1º, da Resolução SS - 52, de 09/05/2014, passando a Comissão Permanente de Assessoramento em Imunização - CPAI a ser composta pelo seguinte representante:  
 ...  
 O Diretor do Centro de Vigilância Epidemiológica ou seu representante;  
 Rodrigo Angerami - RG nº 23.983.591-8  
 Artigo 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

**Resolução SS 73, de 23-06-2014**  
 Estabelece a transferência, mediante adesão, de recursos do Fundo Estadual de Saúde para os Fundos Municipais de Saúde, referentes ao Programa "Sorria São Paulo", para o exercício de 2014, e dá providências correlatas.  
 O Secretário de Estado de Saúde, considerando:  
 O Decreto Estadual 53.019, de 20-05-2008, que regulamenta a transferência de recursos financeiros de forma direta e regular, do Fundo Estadual de Saúde para os Fundos Municipais de Saúde, destinados ao financiamento das ações e serviços de Saúde realizados no âmbito da Atenção Básica;  
 A Resolução SS 55, de 21-05-2008, que estabelece as condições para efetivar esta modalidade de transferência de recursos;  
 A Resolução SS 126, de 28-11-2013, que estabelece transferência mediante adesão, de recursos do Fundo Estadual de Saúde para os Fundos Municipais de Saúde, referente ao Programa "Sorria São Paulo".

Resolve:  
 Artigo 1º - Estabelecer o repasse anual de recursos de custeio aos Fundos Municipais de Saúde, destinados ao Programa "Sorria São Paulo 2014", para os municípios relacionados no Anexo I, que fica fazendo parte integrante da presente Resolução, complementando a relação de Municípios contida nos anexos da Resolução 126, de 28-11-2013 e Resolução 141, de 27-12-2013.

Parágrafo Único - O critério adotado foi a manutenção dos municípios que compõem o Programa Sorria São Paulo em 2014-2013.  
 Artigo 2º - O repasse dos recursos financeiros a que se reporta o caput do Artigo anterior, fica condicionado às diretrizes contidas na Resolução SS 55, de 21-05-2008 e na Resolução SS 126, de 28-11-2013.

Artigo 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.  
 ANEXO I  
 (a que se reporta a Resolução SS - 73, de 23-06-2014)  
 Relação de municípios contemplados no Programa "Sorria São Paulo".

ORDEM	INS	NOME	MUNICÍPIO	VALOR	REGULARIDADE DO REPASSE
1	7	250021	Aguai de Jandira	36.000,00	Dezde 2012
2	7	250100	Bom Jesus dos Rios	36.000,00	Dezde 2006
3	7	250183	Catanduva	36.000,00	Dezde 2012
4	7	250258	Guatubira	36.000,00	Dezde 2006
5	7	250278	Jandira	36.000,00	Dezde 2012
6	7	250325	Nascentes Paulista	36.000,00	Dezde 2006
7	7	250382	Neda Bela	36.000,00	Dezde 2006
8	7	250397	Pedreira	36.000,00	Dezde 2012
9	7	250424	Pindamonhangaba	36.000,00	Dezde 2012
10	7	250460	Santa Antônia de Pádua	36.000,00	Dezde 2012
11	7	250508	Silveira	36.000,00	Dezde 2012
12	7	250495	Tejupá	36.000,00	Dezde 2012
13	7	250674	Vargem	36.000,00	Dezde 2006

#### Resolução SS 74, de 23-06-2014

Dispõe sobre a realização do teste para pesquisa do HIV na primeira consulta do pré-natal, no início do nono trimestre da gestação e no momento do parto, e dá outras providências.

O Secretário de Estado de Saúde, considerando que:  
 O Brasil é signatário do Plano Global para Eliminar Níveis Infeções por HIV em Crianças até 2015 e Manter Suas Mães Vivas, contribuindo diretamente para o alcance de três Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM):  
 ODM 4 - Reduzir a mortalidade infantil;  
 ODM 5 - Melhorar a saúde materna e;  
 ODM 6 - Combater o HIV/AIDS, malária e outras doenças;  
 A identificação de uma gestação com HIV desencadeia várias ações profiláticas e preventivas, que devem ser monitoradas até a definição do estado sorológico da criança exposta;  
 A assistência pré-natal deve ser realizada de acordo com os princípios gerais e condições para o acompanhamento do pré-natal estabelecido pela Portaria MS/MS 569, de 01-06-2000, que institui o Programa de Humanização do Pré-Natal e Nascimento;

O pré-natal é um momento importante para o diagnóstico e introdução da terapia antirretroviral para mulheres sem conhecimento prévio de seu estado sorológico;  
 A detecção da infecção pelo HIV no momento da admissão ao parto, ainda que tardia, permite adotar medidas profiláticas que reduzem o risco da transmissão vertical desde o parto e permite medidas posteriores para o controle da doença materna;  
 A possibilidade da infecção materna pelo vírus HIV em momento próximo ao parto;

Está amplamente demonstrada a importância e a eficácia do uso da zidovudina e da nevirapina no momento do parto e para recém-nascido, além da recomendação da substituição do aleitamento materno pela fórmula láctea - quando na identificação do HIV na mulher parturiente;

Para o momento do parto, o Departamento Nacional de DST, Aids e Hepatites Virais da Secretaria de Vigilância e Saúde do Ministério da Saúde, disponibiliza além de recomendações técnicas, os insumos necessários (testes rápidos, zidovudina, nevirapina e fórmula láctea infantil) para reduzir a possibilidade desta infecção na totalidade dos partos realizados no Sistema Único de Saúde (SUS);

Resolve:  
 Artigo 1º - Manter a oferta do teste para a pesquisa do HIV na primeira consulta do pré-natal e no início do terceiro trimestre da gestação em todos os estabelecimentos de saúde vinculados ao Sistema Único de Saúde - SUS, no Estado de São Paulo.  
 Artigo 2º - Determinar a todos os profissionais de saúde responsáveis pelo atendimento às parturientes a oferecer e aconselhar a realização do teste rápido para a pesquisa do HIV no momento do parto, independentemente destes terem sido realizados durante a gestação.  
 Artigo 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

#### Resolução SS 75, de 23-06-2014

Prorroga em 30 dias o prazo para apresentação da Ordem de Início de Serviço definido no Artigo 2º da Resolução SS 130, de 09-12-2013, que habilita municípios a receberem recursos referentes ao Programa Qualis UBS Fase II. Componente Reforma e/ou Ampliação, e dá providências correlatas.  
 O Secretário de Estado de Saúde, considerando:  
 A Resolução SS 130, de 09-12-2013, que habilitou municípios a receberem recursos referentes ao Programa Qualis UBS Fase II. Componente Reforma e/ou Ampliação;  
 Que alguns Municípios, já habilitados no Programa Qualis UBS II solicitaram alteração do prazo a que se reportou o Artigo 5º, Resolução SS-130, de 09-12-2013;  
 O interesse da Pasta na execução das obras de reforma e/ou ampliação de Unidades Básicas, como meio para qualificar as estruturas físicas destas Unidades.

Resolve:  
 Artigo 1º - Fica prorrogado em 30 dias o prazo definido no Artigo 5º, inciso I, da Resolução SS 130, de 09-12-2013, para apresentação da Ordem de Início de Serviço.  
 Parágrafo Único: Fica mantido o prazo de 12 (doze) meses, a contar da data do pagamento da primeira parcela do incentivo financeiro no respectivo fundo de saúde, para conclusão da obra e devida informação ao Departamento Regional de Saúde.

Artigo 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

#### Resolução SS 76, de 23-06-2014

Designa representantes para compor o Grupo de Trabalho para implantação do Programa de Atenção Integral às Pessoas com Doenças Raras, no Estado de São Paulo e dá providências correlatas.

O Secretário de Estado de Saúde, considerando:  
 O disposto na Resolução SS- 46, de 05-04-2014, que instituiu o Grupo de Trabalho para implantação do Programa de Atenção Integral às Pessoas com Doenças Raras, no Estado de São Paulo;

Resolve:  
 Artigo 1º - Designar, nos termos do Artigo 3º, da Resolução SS-46, de 05-04-2014, os representantes para compor o Grupo de Trabalho para implantação do Programa de Atenção Integral às Pessoas com Doenças Raras, no Estado de São Paulo.

I. Coordenadoria de Planejamento de Saúde - CPS  
 Titular: Carmela Magguzzo Grindler, RG 7.661.492-3  
 Suplente: Edmar Flávio Pastorello, RG 2.777.757-1  
 II. Coordenadoria de Regiões de Saúde - CRS:  
 Área de Atenção Básica:  
 Titular: Sandra Montagna Barelli, RG 14.665.408  
 Suplente: Patrícia Gonçalves de Almeida, RG 18.113.593-0

III. Coordenadoria de Serviços de Saúde - CSS  
 Titular: Patrícia Belintani Blum Fonseca, RG 19.980.071-6  
 Suplente: Sandra Regina Sestosa Zorzeto, RG 16.714.213-6  
 IV. Coordenadoria de Gestão e Contrato de Serviços de Saúde - CGCS:  
 Titular: Silene Caminada, RG 10.936.977-4  
 Suplente: Nicéia Aparecida de Lima, RG 17.925.522-8

V. Coordenadoria de Ciência e Tecnologia de Insumos Estratégicos - CTEIE/Assistência Farmacêutica:  
 Titular: Ricardo Paranhos Pires Moreira, RG 41.402.248-8  
 Suplente: Alexandra Mariano Fidélio Casarini, RG 20.980.953

VI. Coordenadoria de Controle de Doenças - CCD (SVE/Crônicas):  
 Titular: Eva Teresa Skazulka, RG 3.492.342

Suplente: Afrênia Isabel de La Cruz Peres, RG 17.115.887  
 VII. Conselho de Secretários Municipais de Saúde - COSE-MS/SP:  
 Titular: Lídia Tobias Silveira, RG 9.822.115

Suplente: Maria do Carmo Cabral Carpinheiro, RG 28.715.285-6

Artigo 2º - O Grupo de Trabalho ora instituído, será coordenado pela Dra. Carmela Magguzzo Grindler, RG 7.661.432, do Grupo Técnico de Ações Estratégicas da Coordenadoria de Planejamento de Saúde - GTAE-CPS.

Artigo 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

#### Resolução SS 77, de 23-06-2014

Altera a redação do Artigo 7º, da Resolução SS-62, de 22-05-2014 e dá outras providências.

O Secretário de Estado de Saúde,  
 Resolve:

Artigo 1º - Fica alterada a redação do Artigo 7º, da Resolução SS-62, de 22-05-2014, conforme abaixo:  
 "Artigo 7º - Fica atribuído aos Titulares das Coordenadorias abaixo identificadas, a composição de Subcomissões de Avaliação de Documentos e Acesso, por intermédio de Portaria, no prazo de 30 (trinta) dias corridos contados a partir da publicação desta."

1. - Coordenadoria Geral da Administração - CGA
2. - Coordenadoria de Gestão Orçamentária e Financeira - CGOF
3. - Coordenadoria de Controle de Doenças - CCD
4. - Coordenadoria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos de Saúde - CTEIEs
5. - Coordenadoria de Gestão de Contratos de Serviços de Saúde - CGCS
6. - Coordenadoria de Planejamento de Saúde - CPS
7. - Coordenadoria de Recursos Humanos - CRH
8. - Coordenadoria de Regiões de Saúde - CRS
9. - Coordenadoria de Serviços de Saúde - CSS
10. - Coordenadoria das Demandas Estratégicas do SUS - CODES

11. Instituto Butantan - IB
12. Instituto de Saúde - IS
13. Unidade Experimental de Saúde - UES

Parágrafo Único - A Coordenadoria das Subcomissões de que trata o caput do artigo anterior, caberá ao membro designado para compor a Comissão de Avaliação de Documentos e Acesso - CADA, em conformidade ao disposto no Artigo 3º, desta resolução.

Artigo 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições contrárias.

#### Resolução SS 78, de 23-06-2014

Constitui o Grupo Técnico Interprofissional - GTI, visando a articulação de ações educativas, de promoção de saúde e gestão de qualidade da assistência à saúde no âmbito da Secretaria de Estado de Saúde de São Paulo e dá providências correlatas.

O Secretário de Estado de Saúde, considerando:  
 O disposto na Resolução CNS 287, do Conselho Nacional de Saúde, que relaciona as categorias profissionais de saúde de nível superior para fins de atuação do Conselho;

A publicação da Organização Mundial da Saúde 2010 - Marco para Ação em Educação Interprofissional e Prática Colaborativa;

As demais categorias com ação de impacto no Setor Saúde;  
 A definição da Organização Mundial da Saúde (OMS): "saúde é o completo bem-estar físico, mental e social e não a simples ausência de doença". Esta definição aponta para a complexidade do tema, e a reflexão mais aprofundada sobre seu significado nos leva a considerar a necessidade de ações interseccionais e interdisciplinares e interprofissionais no sentido de criar condições de vida saudáveis;

A estruturação e fortalecimento das ações de promoção da saúde no sistema Único de Saúde, privilegiando as práticas de saúde sensíveis à realidade do Brasil;

O trabalho integrado da equipe interprofissional de saúde com alta eficiência necessária;

O conjunto amplo e complexo das ações de saúde;  
 Que a criatividade e a força geradora que rejuvenesce o processo de mudança e promove novas formas de pensar;

Que o profissional de saúde tem competências relacionadas ao conhecimento científico, tecnológico, humanístico e social relativo à assistência e outras práticas de prevenção, promoção e recuperação da saúde;

Que a integralidade da atenção à saúde se faz necessária utilizando as aplicações interdisciplinares já reconhecidas e regulamentadas como especialidades por suas categorias profissionais de origem.

Resolve:  
 Artigo 1º - Constituir o Grupo Técnico de caráter interprofissional - GTI, composto por representantes dos Conselhos Regionais dos Profissionais de Saúde com a finalidade de integrar a atuação destes diferentes agentes, subsidiando tecnicamente a articulação das ações de promoção da saúde, educativas e gestão da qualidade da assistência no âmbito da Secretaria Estadual de Saúde.

Artigo 2º - O Grupo Técnico a que se reporta o caput do presente tem caráter consultivo e natureza técnica, permitindo

do a seus membros colaborarem com a Secretaria de Estado de Saúde em projetos específicos.

Artigo 2º - O Grupo Técnico a que se reporta o caput do presente será composto por um (01) representante e representante suplente dos seguintes órgãos, sob a coordenação do representante do Gabinete do Secretário de Estado de Saúde:

1. Gabinete do Secretário - GS-SE/SP
2. Conselho Regional de Biologia - CRB
3. Conselho Regional de Biomedicina - CRBM
4. Conselho Regional de Educação Física - CREF
5. Conselho Regional de Enfermagem - COREN
6. Conselho Regional de Farmácia - CRF
7. Conselho Regional de Fisioterapia Ocupacional - CREFITO
8. Conselho Regional de Fonoaudiologia - CReA
9. Conselho Regional de Medicina - CRM
10. Conselho Regional de Medicina Veterinária - CRMV
11. Conselho Regional de Nutrição - CRN
12. Conselho Regional de Odontologia - CRO
13. Conselho Regional de Psicologia - CRP
14. Conselho Regional de Química - CRO
15. Conselho Regional de Serviço Social - CRESS

Artigo 3º - Compete ao Grupo Técnico ora instituído:  
 Promover a transversalidade das disciplinas relacionadas às diversas categorias profissionais da área da saúde buscando a visão sistêmica da atenção prestada e os cuidados à saúde, por meio da:

Propor ações e projetos inovadores na área de promoção de saúde;  
 Sugerir novas ferramentas de gestão e tecnologia para o controle da assistência especializada em saúde;

Artigo 4º - São atribuições do Grupo Técnico de caráter interprofissional - GTI, segundo as etapas abaixo relacionadas:  
 Etapa 01 - Elaborar, implementar, manter e avaliar projetos para promoção da saúde com eixo interdisciplinar e interprofissional.

Etapa 02 - Cooperar com a SES em programas de Avaliação da Qualidade Hospitalar e outros, avaliando, aprimorando e propondo e incluindo e excluindo em ferramentas de avaliação.

Etapa 03 - Propor, discutir a incorporação de tecnologias assistenciais como as classificações de terminologia, de uso multidisciplinar, classificação com termos equivalentes no âmbito internacional como o objetivo a homogeneização de terminologias na área de saúde, permitindo a comparabilidade de dados entre locais e momentos históricos diferentes.

Etapa 04 - Cooperar em projetos de capacitação e desenvolvimento de equipe interprofissional nas Instituições de Saúde propondo conteúdos específicos dentro de uma concepção interdisciplinar, onde a integração de saberes e práticas permitam entender como trabalhar de forma interprofissional no local de trabalho como membro da equipe de prática colaborativa.

Artigo 5º - Os membros e respectivos suplentes do Grupo Técnico a que se refere o Caput do Artigo 1º serão indicados pelas instituições/orgãos que compõem o referido Grupo e designados por Resolução do Titular desta Pasta.

Artigo 6º - O Grupo Técnico se reunirá, mensalmente, por convocação da Coordenação e, a qualquer momento, quando necessário.

Parágrafo Único - Será designado do Grupo o membro que faltará a qualquer reunião sem apresentar justificativa, bem como aquele que faltará a 03 (três) reuniões sucessivas, mesmo que apresente justificativa.

Artigo 7º - O Grupo Técnico ora criado poderá solicitar a participação de outros profissionais de notório saber ou de órgãos da Secretaria de Estado de Saúde sempre que necessário para o bom desenvolvimento dos seus trabalhos.

Artigo 8º - O Grupo Técnico a que se reporta o artigo 1º deverá apresentar ao Titular da Pasta, ao final de cada projeto, relatório conclusivo dos trabalhos realizados.

Artigo 9º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

#### Resolução SS-79, de 23-06-2014

Dispõe sobre a realização de Convocação Pública a que alude o § 3º do Artigo 6º da Lei Complementar 846, de 04-06-1998

O Secretário de Saúde, em cumprimento ao disposto na Lei Complementar 846, de 04-06-1998, em especial o § 3º do mencionado Diploma Legal, resolve:

Artigo 1º - Realizar a presente Convocação Pública das entidades privadas sem fins lucrativos, que já possuem qualificação como Organização Social de Saúde, nos termos da Lei Complementar 846, de 04-06-1998, para, na hipótese de comprovado interesse em celebrar Contrato de Gestão com a Secretaria de Estado de Saúde para gerenciar o AMBULATÓRIO MÉDICO DE ESPECIALIDADES CARAPICUBA - AME CARAPICUBA, manifestem, por escrito, seu intento junto ao Titular da Pasta, no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis a contar da publicação desta Resolução.

Artigo 2º - O Contrato de Gestão a que se refere o artigo 1º desta Resolução terá por objeto discriminar as atribuições, responsabilidades, e obrigações das partes na operacionalização da gestão da referida unidade, compreendendo a execução das atividades e serviços de assistência à saúde, bem como a sistemática econômico-financeira da gestão.

Artigo 3º - As Organizações Sociais de Saúde interessadas em firmar Contrato de Gestão para gerenciar o AMBULATÓRIO MÉDICO DE ESPECIALIDADES CARAPICUBA - AME CARAPICUBA deverão apresentar à Secretaria Estadual de Saúde, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados a partir da manifestação de sua intenção conforme disposto no Artigo 1º desta Resolução, um Plano Operacional que contemple, no mínimo:

- a) Discriminação dos serviços de assistência à saúde a serem oferecidos à população;
- b) Cronograma de implantação dos referidos serviços;
- c) Sistemática econômico-financeira para a operacionalização dos serviços propostos;

Parágrafo 1º - O Plano Operacional deverá ser elaborado considerando o prazo previsto no Artigo 3º, na Coordenadoria de Gestão de Contratos de Serviços de Saúde, à Avenida Dr. Arnaldo, 351, 12º andar, sala 1.207, das 09h às 17h horas.

Parágrafo 2º - Serão fornecidos às instituições que manifestem seu interesse no prazo previsto no Artigo 1º, todos os dados estruturais e de necessidades de serviços referentes ao AMBULATÓRIO MÉDICO DE ESPECIALIDADES CARAPICUBA - AME CARAPICUBA, que deverão ser utilizados pelas instituições para elaboração do plano operacional Plano Operacional.

Parágrafo 3º - O Plano Operacional deverá estar formatado nas planilhas fornecidas pela Secretaria em MS-Excel e deverá ser apresentado em meio eletrônico (CD-ROM), acompanhado por uma via já impressa em papel. As informações adicionais e/ou explicações deverão ser apresentadas em formato de texto.

Artigo 4º - O Contrato de Gestão reproduzido no Anexo I desta Resolução, cuja minuta foi previamente aprovada pela Consultoria Jurídica desta Pasta, observará as normas legais e regulamentares aplicáveis à espécie.

Artigo 5º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ANEXO I  
 (a que se reporta a Resolução SS-79, de 23-06-2014)

Contrato de Gestão Modelo para serviços hospitalares, exclusivamente ambulatoriais e outros tipos de serviços - excluindo-se laboratórios- aprovado pela CI Processo 001/01/0000.366/2006.

CONTRATO DE GESTÃO  
 PROCESSO Nº

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DE SÃO PAULO, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE, E O

QUALIFICADA COMO ORGANIZAÇÃO SOCIAL DE SAÚDE, PARA ELABORAR O DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES E SERVIÇOS DE





Resolução SS 75, de 23-06-2014

Prorroga em 30 dias o prazo para apresentação da Ordem de Início de Serviço definido no Artigo 5º, da Resolução SS 130, de 09-12-2013, que habilita municípios a receberem recursos referentes ao Programa Qualis UBS Fase II, Componente Reforma e/ou Ampliação, e dá providências correlatas

O Secretário de Estado da Saúde, considerando, A Resolução SS 130, de 09-12-2013, que habilitou municípios a receberem recursos referentes ao Programa Qualis UBS Fase II, Componente Reforma e/ou Ampliação;

Que alguns Municípios, já habilitados no Programa Qualis Mais UBS II solicitaram alteração do prazo a que se reportou o Artigo 5º, Resolução SS-130, de 09-12-2013;

O interesse da Pasta na execução das obras de reforma e/ou ampliação de Unidades Básicas, como meio para qualificar as estruturas físicas destas Unidades,

Resolve:

Artigo 1º - Fica prorrogado em 30 dias o prazo definido no Artigo 5º, inciso I, da Resolução SS 130, de 09-12-2013, para apresentação da Ordem de Início de Serviço.

Parágrafo Único: fica mantido o prazo de 12 (doze) meses, a contar da data do pagamento da primeira parcela do incentivo financeiro no respectivo fundo de saúde, para conclusão da obra e devida informação ao Departamento Regional de Saúde.

Artigo 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

DOE 24/06/2014 – SEÇÃO I – PAG. 23